

As fontes de financiamento para operação do sistema único de saúde representaram também questões debatidas durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que se encerrou em Brasília nos meados de março último. Uma das resoluções aprovadas na assembléia de encerramento foi esta: "Deverá ser constituído um orçamento social que englobe os recursos destinados às políticas sociais dos diversos ministérios".

Segundo o relatório final contendo as resoluções e recomendações do encontro, "o orçamento social será repartido por setor, cabendo ao da saúde uma parcela de recursos que deverão constituir o fundo único federal de saúde". Esclarece ainda o documento que "serão formados, de maneira análoga, fundos únicos de saúde a nível estadual e municipal", para cobertura das despesas com a prestação dos serviços.

Nos diferentes níveis do poder público diz o mesmo documento que "os fundos únicos de saúde serão geridos com a participação colegiada de representantes dos órgãos públicos e com a de delegados legítimos da sociedade organizada". Os recursos destinados à saúde, observa o relatório final, serão determinados por pré-fixação de percentual mínimo calculado sobre as receitas públicas, em cada nível de Governo.

Por isso, os recursos financeiros do sistema previdenciário serão gradativamente retirados do custeio às despesas com os serviços médicos e sanitários, que deverão ser cobertos por alguma outra fonte alternativa de custeio, propõe o documento. Assim, alegam os autores do relatório final, poderá ser aumentado o valor das pensões, aposentadorias e outros benefícios mantidos pelo sistema previdenciário.

Para os autores do documento, "os recursos oriundos das contribuições compulsórias cobradas das empresas para o sistema previdenciário devem deixar de incidir sobre a folha de salários, passando a provir de um percentual calculado sobre os ganhos de capital". Isso, lembra o relatório, implicará em maior estabilidade das receitas previdenciárias e impedirá o repasse para o consumidor.

Propõe ainda o relatório que o percentual de desconto calculado sobre o salário dos trabalhadores precisa ser reduzido, adequando-se à nova política de saúde a ser adotada pelo Governo Federal. Os autores da proposta demonstraram a preocupação de melhorar a arrecadação de recursos para o sistema previdenciário, ao mesmo tempo em que recomendaram a implantação de um sistema único de saúde.

A distribuição de recursos finan-

ceiros, salienta o relatório, não deve levar em consideração apenas o contingente populacional de cada região brasileira, nem somente sua arrecadação fiscal. Impõe-se considerar também as condições de vida e saúde dos moradores na região, promovendo assim uma distribuição mais justa dos recursos financeiros, que se destinam basicamente ao benefício do ser humano.

A descentralização, reconhece o documento, é um dos princípios propostos para a reorganização do sistema de saúde vigente no País. Mas a descentralização somente será viabilizada por intermédio de uma reforma tributária, que elimine a atual agressividade das formas de financiamento adotadas para execução da atual política de saúde.

O processo altamente participativo, democrático e representativo que permeou todo o encaminhamento da 8ª Conferência Nacional de Saúde permitiu um alto grau de consenso, caracterizando uma espontânea unidade na aprovação de propostas para a resolução das questões discutidas. Os autores do relatório final sugerem que se intensifique a mobilização popular para garantir que a próxima Assembléia Nacional Constituinte incorpore a nova política de saúde definida no encontro de Brasília. (A.E.)